

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 2.210, DE 2011 (Apenso: PL 3.784, de 2012)

Acrescenta artigo à Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências.

Autor: Deputado ANDRÉ MOURA

Relator: Deputado EFRAIM FILHO

I – RELATÓRIO

O projeto de lei sob exame tem por objetivo acrescentar o art. 39-C à Lei nº 10.671/2003 (Estatuto de Defesa do Torcedor), de forma a prever a aplicação de penalidade e imputação de responsabilidade civil a torcidas organizadas e seus membros em situações atualmente não previstas na lei.

À proposição foi apensado o PL nº 3.784, de 2012, que, por sua vez, altera a redação do art. 39-A do Estatuto de Defesa do Torcedor.

A Comissão de Turismo e Desporto (CTD) opinou pela aprovação de ambos os projetos, na forma de substitutivo.

Vêm, agora, as proposições a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para que se manifeste sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa, nos termos regimentais.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

A matéria é da competência legislativa da União, cabendo ao Congresso Nacional sobre ela manifestar-se via lei ordinária. Não há reserva de iniciativa.

É da alçada desta Comissão Permanente a análise de matérias relativas à violência urbana, à legislação penal e processual penal do ponto de vista da segurança pública, assim como às respectivas políticas, na forma do disposto no Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD (art. 32, inciso XVI, alíneas ‘b’, ‘f’ e ‘g’).

O substitutivo da CTD reuniu, de modo adequado, o sugerido nos dois projetos – principal e apensado.

Entendemos, porém, que a proposição pode ter sua redação aperfeiçoada, o que fazemos mediante apresentação de substitutivo global, acatando o conteúdo do substitutivo da CTD com ligeiras alterações.

Consideramos que a técnica legislativa não foi seguida à risca, embora não nos caiba analisar a proposição sob esse aspecto, que serão analisados na Comissão temática apropriada, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Não nos furtamos, entretanto, de aprimorar alguns detalhes de redação, a título de aprimoramento do trabalho, tornando explícitos alguns ajustes, como contribuição ao relator que nos sucederá na apreciação da matéria, naquela Comissão.

Tais observações têm por base a Lei Complementar n. 95, de 26 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre regras de elaboração, redação, alteração e consolidação das leis”, alterada pela Lei Complementar n. 107, de 26 de abril de 2001, bem como o Decreto n. 4.176, de 28 de março de 2002, que a regulamentou.

Exemplo disso é que o primeiro artigo não segue a forma estipulada pelo art. 7º da LC n. 95/1998, ou seja, limitar-se a definir o objeto e âmbito de aplicação da norma, o que resolvemos mediante a inclusão desse art. 1º, renumerando-se os demais.

Opinamos, portanto, pela **APROVAÇÃO**, na forma do **SUBSTITUTIVO** em anexo, dos **PL nº 2.210/2011**, principal, e **3.784/2012**, apensado.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputado EFRAIM FILHO
Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

SUBSTITUTIVO AOS PROJETOS DE LEI Nº 2.210/2011 E 3.784/2012 E AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO

(Do Relator, Deputado Efraim Filho)

Altera a redação da Lei n. 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor, para majorar penalidades aos infratores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a redação do art. 39-A e acrescenta o art. 39-C à Lei n. 10.671, de 15 de maio de 2003 – Estatuto de Defesa do Torcedor, para aumentar o prazo de banimento e incluir situações passíveis de sanção repressiva.

Art. 2º O art. 39-A da Lei n. 10.671, de 15 de maio de 2003 – Estatuto de Defesa do Torcedor, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 39-A. A torcida organizada que, em evento esportivo, promover tumulto, praticar ou incitar à violência ou invadir local restrito aos competidores, árbitros, fiscais, dirigentes, organizadores ou jornalistas, será impedida, assim como seus associados ou membros, de comparecer a eventos esportivos pelo prazo de até cinco anos. (NR)”

Art. 3º A Lei n. 10.671, de 15 de maio de 2003 passa a vigorar acrescida do art. 39-C, com a seguinte redação:

“Art. 39-C. O disposto nos artigos 39-A e 39-B aplica-se também às condutas de torcidas organizadas ocorridas em razão de evento esportivo, ainda que em datas e locais distintos das partidas, tais como invasão de treinos, confrontos com torcedores e ilícitos praticados contra profissionais em seus períodos de folga.”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputado EFRAIM FILHO

Relator